

## Inauguração do Posto de Atendimento de Campo Largo



A presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o prefeito de Campo Largo, Edson Darlei Basso, procederam ao desenlace da fita inaugural do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Campo Largo **p. 4**

### Juiz Mazur é empossado titular da VT de Assis Chateaubriand

Em 20 de junho, o juiz Maurício Mazur tomou posse no cargo de Titular da Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand, promovido pelo critério de antigüidade. Natural de Apucarana, atuou no cargo de Juiz Substituto desde 28 de novembro de 1997. Com o ato, a 9ª Região passou a ter 81 juízes titulares de Vara. Participaram do ato, magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, advogados, familiares e demais convidados. **p. 2**

### Curso de formação para juízes da EAJ do TRT-PR

O curso de formação para 17 juízes substitutos na Escola de Administração Judiciária, em junho, contou com exposições diversas. Entre elas, do professor da Universidade de Sevilha David Rubio, da psicóloga Judith de Albuquerque, do procurador da República Sérgio Arenhart, do procurador do Trabalho Raimundo de Melo, do juiz do Trabalho Salvador Laurino, dos professores Silvane Marchesini e Celso Ludwig e do desembargador Luiz Eduardo Gunther. **p. 7**

### Nesta Edição

- Planejamento Estratégico do TRT do Paraná **p. 5**
- E-Gestão: deliberações mais seguras e racionais **p. 6**
- Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico **p. 9**
- Curso de Libras para área judiciária da 9ª Região **p. 11**

# Juiz Mazur é empossado titular da Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand

## *O magistrado atuou por 10 anos no cargo de Juiz Substituto*



Juiz Maurício Mazur, ao lado da esposa Claudia, durante leitura do juramento

Jussara Elisa

**E**m 20 de junho, o juiz Maurício Mazur tomou posse no cargo de Titular da Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand, promovido pelo critério de antigüidade. Com o ato, a 9ª Região passou a ter 81 juízes titulares de Vara do Trabalho.

### ■ O JUIZ

Nascido em Apucarana, o juiz Mazur graduou-se em Direito, em 1996, pela Universidade Estadual de Londrina. Em 2001, especializou-se em Direito Material e Processual do Trabalho em curso de pós-graduação do Centro de Ensino Superior de Maringá (Cesumar).

Foi empossado no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná em 28 de novembro de 1997. Atuou nas seguintes unidades

judiciárias: 1ª a 18ª de Curitiba, Apucarana, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Jaguariaíva, Laranjeiras do Sul, 1ª a 6ª de Londrina, Paranavaí, Rolândia, Umuarama e Wenceslau Braz.

### ■ O ATO DE POSSE

Participaram do ato, magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, advogados, familiares e demais convidados. A cerimônia teve início com o juramento do empossado. Após a leitura e posterior assinatura do termo de posse, tiveram início os discursos.

O presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, foi o primeiro a pronunciar-se. Cumprimentou o juiz Mazur pelo importante passo na carreira e lembrou das qualidades profissionais que cercam a carreira do magistrado. "Além de atuar com muita responsabilidade, o empossado tem sido ativo. A comunidade de Assis Chateaubriand estará bem servida com a atuação do juiz Mazur".

Logo após, o empossado, em seu discurso, agradeceu o apoio recebido na trajetória percorrida nos dez anos de magistratura. Expôs que esperou com ansiedade o momento da posse. "Ao longo desse percurso fui percebendo que o tempo é necessário para que no exercício da jurisdição - que é um caminho feliz, mas também árduo - fosse amadurecendo para chegar



A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista, falou sobre a trajetória profissional do magistrado

hoje com tranquilidade para assumir a Vara de Assis Chateaubriand."

Em seu discurso, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, falou sobre o percurso acadêmico do juiz Mazur, que culminou com o início das atividades na magistratura. "Por 10 anos, foi paulatinamente aperfeiçoando sua capacidade de conciliar e de julgar. Conhecendo as peculiaridades das relações no trabalho rural, no setor de serviços, na lida operária das indústrias. Como juiz substituto, entregou a jurisdição nas Varas do Trabalho do Paraná. Por toda a extensão do território paranaense, portanto, mostrou um firme e continuado propósito de enobrecer a Justiça do Trabalho e de cumprir sua missão institucional com plenitude", finalizou. ■

# NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaele Bacila Batista. **Vice-Presidente:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Flaviane Galafassi, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Flaviane Galafassi, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Irene Pioker, Luiz Munhoz e Vera Gutmann. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Multigraphic.

**Sugestões e opiniões para o NONA:** Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná  
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

# Ministro Fernando Ono e desembargador Altino dos Santos são homenageados

Jussara Elisa

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Fernando Eizo Ono e o desembargador federal do Trabalho do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos (membro do CNJ), receberam, em 20 e 27 de junho, respectivamente, o título de cidadão honorário de Londrina. As cerimônias foram realizadas na Câmara Municipal de Londrina.

Estiveram presentes às solenidades, os desembargadores Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente do TRT-PR), Ney José de Freitas (corregedor regional), Rosemarie Diedrichs Pimpão e Sérgio Murilo Lemos e os juízes Bráulio

Gabriel Gusmão e Carlos Penteado Conte (presidente e vice-presidente da Amatra-IX, respectivamente), além de outros magistrados da 9ª Região.

## ■ O MINISTRO ONO

Natural de Assaí (PR), o ministro Fernando Eizo Ono ingressou na magistratura em 1980. Presidiu o TRT do Paraná de dezembro de 2003 a dezembro de 2005. Foi coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país de dezembro de 2004 a dezembro de 2005.

Em 19 de julho de 2007, foi nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho. A posse do desembarga-

dor como ministro do TST aconteceu em 4 de outubro de 2007.

## ■ O DESEMBARGADOR ALTINO

Nascido em Tanabi (SP), o desembargador Altino Pedrozo dos Santos ingressou na magistratura em 1988. Após promoção pelo critério de merecimento, desde 24 de abril de 1998 é desembargador do Tribunal do Trabalho da 9ª Região. Atuou no TST, na condição de convocado, em diversos períodos. Em 3 de maio de 2007, o Pleno do TST aprovou, por unanimidade, o nome do desembargador Altino para integrar o Conselho Nacional de Justiça por dois anos. A posse ocorreu em 15 de junho do ano passado. ■

## Coleprecor empossa desembargadora Wanda da Silva

A desembargadora federal do Trabalho do TRT-PR Wanda Santi Cardoso da Silva foi empossada conselheira do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, em 24 de abril. Na oportunidade, foi homenageada pelo coordenador do Coleprecor e presidente do TRT da 24ª Região, desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior: "Como coordenadora, elevou o nome do Colégio não somente perante o Tribunal Superior do Trabalho, como também perante o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as demais instituições". A desembargadora Wanda da Silva foi presidente do TRT do Paraná no biênio 2005-2007 e coordenou o Coleprecor em 2006-2007.

## Magistrados visitam fábrica da Bosch



Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná sendo recepcionados pelos advogados e diretores da Bosch

Flaviane Galafassi

A presidente do TRT da 9ª Região, desembargadora Rosalie Bacila Batista,

e um grupo de juízes e desembargadores visitaram, no dia 6 de junho, a fábrica da Bosch, em Curitiba, a convite da empresa. O objetivo da visita foi conhecer o sistema de segurança, medicina preventiva e os projetos sociais que a Bosch adota no Paraná.

Entre os programas sociais apresentados está o Peça por Peça, que investe em educação para o desenvolvimento social de bairros no entorno da empresa. Também puderam conhecer os esforços que vêm sendo aplicados para garantir segurança aos trabalha-

dores, sempre com foco na prevenção.

Os desembargadores consideraram importante a iniciativa. "É uma oportunidade de conhecer a realidade de empresas como a Bosch, pois sabemos que não é a realidade da maioria dos empregadores cujos processos chegam à Justiça do Trabalho", disse o desembargador federal Arnor Lima Neto.

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista, a visita ajudou a conhecer os projetos que vêm sendo desenvolvidos na área social. "É importante conhecermos empresas que têm como referencial a educação, colaborando com o Poder Público nesse trabalho", disse. ■

# Justiça do Trabalho amplia atendimento na Região Metropolitana de Curitiba



O corregedor da Justiça do Trabalho da 9ª Região, desembargador Ney José de Freitas, e a titular da 20ª Vara do Trabalho de Curitiba, juíza Adayde Santos Cecone, descerraram a placa inaugural

Flaviane Galafassi

Foi inaugurado, no dia 16 de junho, o Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Campo Largo. A unidade passa a atender à comunidade de Campo Largo, Porto Amazonas e Balsa Nova e está vinculada à 20ª Vara de Curitiba. A previsão é que sejam recebidos mais de mil novos processos por ano, sendo transferidos para o PA cerca de 2.500 processos que estavam em andamento no Fórum de Araucária, ao qual os municípios estavam vinculados antes da criação do Posto. “Estamos trabalhando no sentido de desafogar as Varas com maior volume de processos, como é o caso de Araucária, e com isso prestar um atendimento mais eficaz aos cidadãos, imprimindo celeridade à tramitação dos feitos”, disse a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista.

A presidente lembrou, em seu discurso, a importância de permitir aos cidadãos acesso mais próximo à Justiça. “Muda-se o perfil das regiões e a Justiça não pode ficar estática”, disse a desembargadora, enfatizando que a criação de Postos de Atendimento é uma medida administrativa que está permitindo a interiorização máxima da Justiça do Trabalho.

Para o prefeito de Campo Largo, Edson Darlei Basso, a instalação do Posto de Atendimento em Campo Largo vem coroar o momento próspero pelo qual

passa o município. “Estamos felizes com a chegada de empresas importantes como Fiat e Eletrolux. A cidade vive um aumento populacional em decorrência dessa prosperidade, com aumento da arrecadação do município. A instalação da Justiça do Trabalho na cidade vem colaborar com esse momento importante que estamos vivendo”, enfatizou o prefeito.

A Prefeitura de Campo Largo é parceira da Justiça do Trabalho, oferecendo o prédio onde o Posto de Atendimento está instalado. Essa parceria entre Governo Municipal e a Justiça é salientada pela presidente do TRT como uma alternativa eficaz. “Os Postos de Atendimento têm o perfil de permitir essa participação de todas as esferas governamentais em prol da sociedade. É a união de todos em

benefício do cidadão”, disse a desembargadora Rosalie Batista.

No PA de Campo Largo passam a ser realizados todos os atos processuais, inclusive audiências, atendimentos às partes e protocolos. O Posto fica na Rua XV de Novembro, 1.609, e segue o horário das demais unidades judiciárias da Justiça do Trabalho da 9ª Região.

A cerimônia de inauguração do Posto de Atendimento de Campo Largo contou com a bênção do pastor Arno Pauls (da Igreja Comunhão Cristã Abba) e com apresentação do Grupo Vocal Sinjutra 9. Participaram também da solenidade o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas; o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, conselheiro estadual da entidade José Lúcio Glomb; o procurador-chefe substituto da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Ricardo Bruel da Silveira; a titular da 20ª Vara de Curitiba, juíza Adayde Santos Cecone; o titular da 1ª Vara de Araucária e diretor do Fórum, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira; o titular da 2ª Vara de Araucária, juiz Carlos Martins Kaminski; o presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão; o presidente da Subseção da OAB de Campo Largo, Osmar Andrade Zotto; o vice-presidente da OAB de Campo Largo, Mauro Sovierzoski Tataara; o juiz do Trabalho substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho e várias autoridades municipais. ■



Autoridades, servidores e demais convidados durante a solenidade de instalação do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Campo Largo, em 16 de junho

# Planejamento estratégico do TRT-PR

## Magistrados e servidores na mesma missão

Rossana Tuoto

A composição plena do TRT do Paraná aprovou, durante sessão realizada em 14 de abril, a adoção institucional do Planejamento Estratégico, como instrumento de gestão pública para o órgão. A proposta, que resultou na Resolução Administrativa 13/2008, é de autoria da presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

“As propostas quanto aos elementos formadores do Planejamento Estratégico do Tribunal são essenciais para que cada unidade administrativa possa estabelecer, a curtíssimo prazo, plano gerencial que viabilize a adequação de suas ações ao rumo que restar definido pelo E. Tribunal Pleno deste Regional. Para que se possa estabelecer **missão, visão, objetivos estratégicos e metas**, passo inicial dessa caminhada, é necessário analisar o ambiente no qual o Tribunal se insere, sua história e seu estágio atual de desenvolvimento. É dessa análise que advirão os subsídios requeridos para o exercício de predição do futuro de nossa instituição, indispensável ao planejamento pretendido. Valendo-se do Planejamento Estratégico, os esforços poderão ser direcionados para resultados comuns, que melhor atendam às necessidades institucionais. Permite-se, ainda, estabelecer uma agenda de

trabalho para o período 2008/2009, que contribuirá para o alcance de todos os objetivos propostos”, destacou a desembargadora presidente quando da proposição do planejamento.

Partiu-se do pressuposto de que planejar implica em metas a atingir e, por conseguinte, acompanhamento de resultados, a fim de implementar as

*“Valendo-se do Planejamento Estratégico, os esforços poderão ser direcionados para resultados comuns, que melhor atendam às necessidades institucionais”.*

mudanças que se fizerem necessárias. Mudanças culturais que acompanham, na mesma proporção, uma nova sociedade para cidadãos atentos a seus direitos, principalmente, o direito a uma prestação jurisdicional célere, direito este alçado a direito e garantia fundamental (inciso LXXVIII, acrescido ao art. 5º pela Emenda Constitucional 45/2004).

Nesse sentido, em 18 de dezembro de 2007 o Conselho Nacional de Justiça editou sua Resolução 49, que dispôs sobre a organização do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

Atento a essa realidade, o Tribunal Regional do Trabalho declarou sua **visão** institucional na mesma sessão do

Pleno, qual seja, “ser reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”. Todos, portanto, servidores, juízes do trabalho e desembargadores como colaboradores e instrumentos da **missão** do TRT-PR declarada em sessão: “solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”. Imbuídos, assim, dos **valores** institucionais do Tribunal declarados: comprometimento, cooperação, ética, inovação, respeito, responsabilidade sócio-ambiental e transparência.

Por outro lado, considerado o espírito gestor fiel aos princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) foram declarados os objetivos estratégicos, como sendo: I. Desenvolver políticas e práticas de gestão de pessoas, de processos e do conhecimento; II. Prover ambiente físico adequado ao cumprimento da missão institucional; III. Aperfeiçoar o relacionamento institucional do Tribunal; e IV. Incrementar a provisão de recursos financeiros e aperfeiçoar a gestão e execução orçamentária.

Em prosseguimento, nas próximas edições deste informativo serão descritas as metas relacionadas aos objetivos estratégicos propostos, para conhecimento de todos, como partícipes na **missão** institucional do 9º Regional. ■

## Correição orienta a resgatar memória do TRT-PR

A preservação da memória por meio das decisões judiciais é uma das prioridades do corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, nos trabalhos de correições que realiza no Paraná. Nas jurisdições em que está percorrendo, o desembargador está orientando sobre a necessidade de preservação dos processos que refletem a história da região, do estado e também da memória interna do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O

objetivo é criar parcerias com universidades de forma a preparar um material abrangente e destiná-los a um espaço onde possa contribuir para a preservação da memória do Paraná.

Somente no mês de junho foram realizadas correições nas 16ª e 17ª Varas do Trabalho de Curitiba, nas VTs de Loanda, Paranavaí, Nova Esperança e Cascavel. Para o mês de julho estão programadas correições nas unidades judiciárias de Londrina e Araucária.

# E-Gestão: deliberações administrativas mais seguras e racionais

CAEF - Comissão de Avaliação da Estrutura Funcional e Organizacional

O TRT do Paraná está desenvolvendo aplicativo que visa a fornecer subsídios aos magistrados na gestão de suas unidades judiciárias e, principalmente, aos órgãos da Administração do Tribunal, cada qual visualizando as informações de seu interesse específico.

A idéia, resultado da necessidade de a Presidência do Tribunal avaliar e adequar as estruturas funcional e organizacional das unidades judiciárias de primeiro grau, iniciou-se a partir da instalação da Comissão de Avaliação da Estrutura Funcional e Organizacional - CAEF - em 2007.

A CAEF, atualmente presidida pelo desembargador federal do Trabalho Ubirajara Carlos Mendes, definiu um potencial mais abrangente, de efetiva gestão para a melhoria da prestação entregue ao jurisdicionado, a partir da implementação de ações específicas e do monitoramento dos resultados obtidos.

Na visita correicional realizada no Regional Paranaense, em maio, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, elogiou o projeto apresentado pelo Regional. Nessa ocasião, o ministro - que batizou a ferramenta de e-Gestão - definiu como mecanismo de auxílio aos gestores, acrescentando que ela "traça uma radiografia objetiva das Varas do Trabalho da Região, de modo a propiciar à Presidência deliberações administrativas mais seguras e racionais, tendo em conta particularmente o princípio da eficiência."

A ferramenta vem sendo submetida ao crivo e à análise da Administração do Tribunal - Presidência, Vice-Presidência e, principalmente, Corregedoria Regional, que vem colaborando no seu aprimoramento.

A primeira etapa dos trabalhos consistiu no depuramento e na ordenação de informações relativas às atividades jurisdicionais das Varas do Trabalho, com o fim de medir a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional em primeira instância. Não apenas o volume processual, mas quase todas as informações relativas à atividade judiciária, agrupadas por índices, aos quais se atribuíram pesos conforme o grau de importância, a complexidade ou a política institucional da Administração.

Assim, a pontuação aferida se pauta na amplitude de critérios, estritamente técnicos e objetivos, de forma transparente. Sobre tais critérios aplica-se um sistema de pesos (positivos e negativos), com a finalidade de corrigir a valoração dos pontos de cada item. Esse ajuste se faz necessário para evitar distorções decorrentes da complexidade dos processos e das particularidades de cada jurisdição, em busca de um modelo organizacional que privilegie a adequada relação entre a carga de trabalho e os recursos humanos e estruturais disponíveis, ou seja, dispondo todas as unidades do Regional de força-tarefa distribuída de forma equânime.

Definidos critérios e pesos, a etapa seguinte concretiza-se com a interpretação dos dados, adequando a estrutura funcional de acordo com a pontuação e a demanda de força laborativa necessária para cada unidade. Nesse estágio, são definidos os níveis de classificação das unidades judiciárias, reflexos do movimento processual e do trabalho desenvolvido pelas unidades, bem como da disponibilidade atual de servidores, funções comissionadas e juizes auxiliares.

Estabelecida a estrutura funcional de cada unidade, serão fixadas as metas que devem ser alcançadas por servi-

dores e magistrados, de acordo com a política institucional, e implementadas conforme indicativos apontados pela ferramenta. Exemplificando: para aproximação dos prazos processuais, a Vara do Trabalho ajustará a pauta contemplando juiz auxiliar, que será designado pela Administração no período fixado, assim como servidor encarregado para auxiliá-lo em audiência. A evolução dos resultados determinará a continuidade ou não do juiz auxiliar e do servidor. As informações estarão disponíveis a todos os magistrados e servidores, em tempo real, de forma transparente. Os magistrados e servidores poderão acessar os indicadores de sua unidade, que serão disponibilizados pela Assessoria de Economia e Estatística, com a possibilidade de poder gerar seus próprios gráficos e relatórios para avaliar a evolução da atividade jurisdicional de sua unidade.

O desenvolvimento da ferramenta e-Gestão será constante, como resultado da avaliação contínua das informações que a subsidiam. Novos dados poderão ser agregados, porquanto a atividade jurisdicional é dinâmica, assim como o volume processual sofre alterações ao longo do tempo, diferentemente da massa de servidores, que depende de lei para aumento do quadro.

A difusão da ferramenta, em fase final de desenvolvimento, para outras áreas do Tribunal, é aposta do projeto e-Gestão para dinamizar a atividade jurisdicional da instituição. Além de promover avaliação sistematizada e contínua das atividades jurisdicionais e administrativas, propiciará à Administração executar ações específicas na busca da almejada celeridade na prestação jurisdicional, com qualidade, de acordo com sua política institucional, e implementadas conforme indicativos apontados pela ferramenta.

*Em 24 de junho, a presidente Rosalie Batista participou em Brasília do lançamento da ferramenta "Ranking dos Juizes", que integra o Programa Justiça Aberta, desenvolvido pelo CNJ, com levantamento em nível nacional dos órgãos do Judiciário e dos serviços judiciários. O ranking obterá o número de decisões, sentenças proferidas, processos distribuídos, despachos e audiências marcadas e realizadas, elementos que auxiliam na aferição da produtividade de cada magistrado, para fins de obtenção de média de tempo de julgamento e na fixação de metas mensais de produtividade. Na oportunidade, a presidente procedeu à entrega do programa e-Gestão ao ministro João Oreste Dalazen (corregedor-geral da Justiça do Trabalho e membro do CNJ) de forma a corroborar com o que vem sendo desenvolvido pelo CNJ. O e-Gestão tem potencial para contribuir no aprimoramento do ranking. ■*

# Curso de formação para juízes na EAJ



A partir da esquerda, o palestrante David Sánchez Rubio e os desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão (diretora da EAJ-PR) e Arion Mazurkevic (coordenador da EAJ-PR)

**T**emas marcantes pontuaram o mês de junho no curso de formação para os 17 juízes substitutos na Escola de Administração Judiciária, a exemplo da palestra do professor da Universidade de Sevilha, na Espanha, David Sánchez Rubio, discorrendo sobre sensibilidade e responsabilidade do juiz frente aos direitos humanos.

Rubio lembrou que é preciso construir um conceito de direitos humanos mais amplo, observando que em cada contexto pode-se observar sua violação de alguma maneira. “É necessário olhar os direitos humanos não só em temas grandiosos, mas nas ações pequenas do dia-a-dia, como as relações trabalhador e patrão, marido e mulher, pais e filhos”, enfatizou.

David Rubio, que é autor e co-editor de diversos livros como *Filosofia, derecho y liberación en América Latina* (1999), *Globalização e direitos humanos* (2004), *Esferas de democracia* (2004) e *Nuevos colonialismos del capital*, lembrou da importância do papel dos juízes na garantia do Estado de Direito.

Foi recebido pela diretora da Escola, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que, em sua apresentação ressaltou “a importância do ‘pensador’ nos direitos humanos sob fortes impactos da globalização, dando ênfase à pesquisa na investigação das teorias da Justiça e dos direitos humanos. Daí, a exigência da sensibilidade do juiz, bem como a responsabilidade em face dos mesmos”, disse a desembargadora.

Também em discussão na Escola de Administração Judiciária, em junho, “A profissão do juiz e a subjetividade”, pela psicóloga Judith Albuquerque,

servidora do TRT da 3ª Região. Durante a palestra ela esclareceu como a psicanálise pode ajudar na sala de audiência. “Às vezes vivemos os conflitos em outra ordem, com envolvimento das questões sociais travestidas de processos trabalhistas”, explicou.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, recebendo a professora como diretora da escola, salientou as palavras da psicóloga sobre “as significativas potencialidades de ouvir quanto à constituição da subjetividade também na repercussão da conciliação trabalhista, já que a sociedade espera hoje um juiz mais apaziguador”.

Ainda em destaque no mês de junho na Escola de Administração Judiciária o colóquio sobre ações coletivas no processo do trabalho, com as presenças do procurador da República Sérgio Cruz Arenhart; o procurador do Trabalho Raimundo Simão de Melo e o juiz do Trabalho Salvador Franco de Lima Laurino. “A solução para o excesso de demandas da Justiça é a tutela coletiva. Isso acontece no mundo todo e no Brasil o Judiciário a tem excluído. É preciso que o Poder Judiciário reaja a isso”, lembrou o procurador Sérgio Arenhart.

A professora e mestre em Psicanálise Silvane Maria Marchesini também participou com a palestra “Fundamentos da Lei e como se constrói no indivíduo: dimensão genealógica do Direito; função interditoria do Direito; faculdade de julgar na contemporaneidade; relativização da coisa julgada e a arte de intérprete.” A professora “apresentou interessantes proposições nessa seara, suscitando o debate sobre a efetiva missão interditoria do julgador em casos

de descumprimento patronal ao deferir somente indenização”, disse a desembargadora Rosemarie. Sua fala ampliou o tema, sendo aplaudida ao discorrer “como e em que medida a subjetividade humana passa a acatar a alteridade a a externalidade da norma enquanto constrangimento necessário para o viver em sociedade”, sintetizou.

Em 25 de junho, o desembargador federal do Trabalho Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente e ouvidor-geral do TRT, falou sobre “os meandros da ética - imprescindível à atuação do julgador”. A diretora da EAJ-PR, desembargadora Rosemarie Pimpão, apresentou o desembargador como “aquele que possui talento natural para o ensino - a compreensão como um dos saberes necessários à educação”. Com sua equipe, o ouvidor-geral discorreu a respeito da dupla função da Ouvidoria: instrumento de aprimoramento de gestão e canal de aproximação entre o TRT e o jurisdicionado.



Desembargador Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente e ouvidor-geral do TRT da 9ª Região

Encerrando o mês de junho, o curso de formação contou com a presença do professor e mestre em Direito Celso Luiz Ludwig abordando o tema “Os grandes paradigmas da Filosofia”. Na oportunidade, o palestrante fez uma abordagem ampla sobre a Filosofia, expondo os seus diferentes modos: implícito, pressuposto e explícito. Ao apresentar o palestrante, a diretora da EAJ, desembargadora Rosemarie Pimpão, lembrou que “a Filosofia aviva novas visões e reconhece a multiplicidade de influências a que estão sujeitos os fenômenos da vida”.

Para julho estão previstas novas abordagens, encerrando-se no dia 25 as atividades deste segundo curso de formação. ■

# Juízos Auxiliares de Conciliação

Jussara Elisa

## Índice de conciliação alto

O índice de conciliações obtidas pelos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau do Tribunal do Trabalho da 9ª Região é considerado alto em comparação com a média nacional, que é de 35%. Nos oito primeiros meses de atuação do Juízo de 2º Grau houve acordo em 66% dos processos encerrados. No Juízo de 1º Grau, de novembro de 2007 a maio de 2008, a média de acordos foi de 55%. Os Juízos foram instituídos em 28 de maio de 2007, começando a funcionar em outubro do mesmo ano.

## Ampliando a atuação dos Juízos

Com a proposta de ampliar a atuação dos Juízos Auxiliares, foi realizado levantamento das 300 empresas reclamadas com o maior número de recursos pendentes de julgamento perante o TRT-PR e o TST (processos oriundos da 9ª Região). O passo seguinte está sendo a coleta de dados com os nomes dos responsáveis pelos departamentos jurídicos e/ou dos escritórios de advocacia para representação judicial das reclamadas. O objetivo é agendar reunião entre os procuradores das empresas e os magistrados dos JACs, visando à conciliação entre as partes.

## Pauta de conciliação na 2ª VT de Araucária registra 91% de acordos

Foram designados dois dias de "pautões" extras para tentativa de conciliação na 2ª Vara do Trabalho de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). As audiências foram realizadas na "sala de audiências 2" da unidade, sem alteração da pauta normal e, já no primeiro dia (10 de junho), houve acordo em 99 das 111 audiências – índice de 89% de conciliação. O segundo "pautão", realizado em 17 de junho, teve 120 audiências, que resultaram em 111 acordos. Nesse dia, o índice de conciliação foi ainda maior - 92,5% do total de processos em pauta. No cômputo das duas pautas, os acordos foram alcançados em 91% das audiências.

## Curso para formadores em execução trabalhista em Vara do Trabalho

Jussara Elisa

Os magistrados Eneida Cornel (desembargadora do TRT-PR) e José Aparecido do Santos (titular da 17ª VT de Curitiba) participaram do "1º Curso de Formação de Formadores em Execução Trabalhista em Vara do Trabalho", realizado de 2 a 5 de junho.

O desembargador Arion Mazurkevic, coordenador da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR, participou de mesa redonda no dia 2, sobre o tema "A administração da execução: as experiências de Juízos e Secretaria de Execução e a especialização de servidores e procedimentos para a execução nas Varas". O juiz José Aparecido também participou de mesa redonda, dia 4, sobre a "Efetividade na execução da Fazenda Pública: precatórios e pequeno valor".

Organizado pela Escola Nacional de

Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, o curso teve como público-alvo dois magistrados do Trabalho de cada Regional. A proposta foi oferecer a oportunidade para a formação de formadores em execução trabalhista em VT, dotando-os dos conhecimentos teóricos e práticos necessários para a formação continuada dos magistrados.

O curso, com a duração de 28 horas-aula, foi dividido em seis módulos teórico-práticos para o desenvolvimento do tema. Dentre os assuntos abordados: "Efetividade e sistematização da execução", "Questões da liquidação", "Questões da garantia da execução", "Questões da expropriação e do pagamento", "Conciliação em execução" e "Metodologia do ensino de execução trabalhista (teoria e prática).

A proposta da ENAMAT com o curso é que não só a Escola, mas também a

administração de cada Tribunal dêem absoluta prioridade para a execução. "Não se trata de fazer curso para ensinar execução para juízes e servidores, mas de discutir boas práticas, trazer novas experiências e ferramentas de trabalho, pensar maneiras de abreviar a execução. Isso importa em rever procedimentos, incentivar juízes e servidores no uso de ferramentas, repensar critérios de promoção, etc.", lembrou o juiz José Aparecido.

Os Tribunais do Trabalho, através de suas escolas judiciais, devem, num prazo de 120 dias após o curso, apresentar relatório sobre a implementação de curso-piloto de formação continuada de módulo regional, a ser realizado sobre conciliação judicial trabalhista no âmbito das respectivas Regiões. A Enamat fornecerá suporte didático-pedagógico para a implantação dos cursos. ■



# Justiça do Trabalho começa a publicar Diário Eletrônico

A Justiça do Trabalho começou a publicar, em 9 de junho, o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico, em caráter experimental, com matérias do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Até 31 de agosto de 2008, haverá publicação simultânea no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico e na Imprensa Oficial. A partir de 1º de setembro, as matérias serão veiculadas, exclusivamente, no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico, que passará a ser o instrumento oficial de divulgação e publicação dos atos de todos os órgãos do Judiciário Trabalhista.

O DJTE poderá ser acessado no Portal da Justiça do Trabalho, no endereço [www.jt.jus.br](http://www.jt.jus.br), independentemente de cadastro prévio.

## ■ PRAZOS

O Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico será publicado diariamente, de segunda a sexta-feira, a partir de zero hora e um minuto de cada dia, exceto nos feriados nacionais. Na eventualidade de ocorrência de problemas técnicos até as 11h, a publicação do dia será suspensa, e as matérias reagendadas.

De acordo com a regulamentação do DJTE, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação do Diário Eletrônico no Portal da Justiça do Trabalho. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil posterior ao considerado como data da publicação. Exemplificando: a matéria divulgada no primeiro dia de funcionamento do DJTE, 09/06, terá como data de publicação 10/06. Os prazos passam a contar a partir de 11/06.

Caso o Diário fique indisponível para consulta no Portal da JT, entre 11h e 18h, por mais de quatro horas, será considerada como data de divulgação o primeiro

dia útil imediato. O Portal manterá sempre as 30 últimas edições do Diário, para consulta e download. As edições anteriores poderão ser consultadas mediante requerimento aos órgãos publicadores.

O Projeto Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico, que compõe o Sistema Integrado de Gestão da Informação, é um trabalho desenvolvido em regime de colaboração, envolvendo equipes do TST (a quem compete a coordenação), do CSJT e dos TRTs (vide: Ato Conjunto CSJT.TST.GP. 15/2008).

implantado em Brasília (DF).

No entanto, ainda são aguardados os pronunciamentos do CSJT e do TST quanto ao prazo para o início da fase experimental do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico para todas as jurisdições do Paraná, tendo em vista que o TST espera o prazo de homologação do sistema e a ampliação dos links de comunicação para permitir a publicação por outros TRTs.

Alguns testes de geração e envio ao DJTE já foram realizados, utilizando os edi-

tais da 11ª Vara de Curitiba, cujos resultados mostraram-se satisfatórios. Salienta-se, porém, que, para realizar o envio dos arquivos para o DJTE, será necessário o uso do certificado digital pelo publicador da matéria, ou seja, termo dado ao servidor credenciado pelo gerente da unidade que realizará o envio dos arquivos para a publicação no Portal da Justiça do Trabalho. Quanto à distribuição dos certificados digitais, sabe-se que, até o momento, apenas magistrados e diretores de Vara possuem o cartão. Mas, em breve, a Direção encaminhará um expediente comunicando que também os assistentes de

diretores das Varas do Trabalho devem solicitar o certificado digital junto à Caixa Econômica Federal. Neste caso, garante-se ao assistente também a possibilidade de realizar as publicações dos atos oficiais no DJTE, caso esta tarefa não possa ser realizada pelo diretor da Vara do Trabalho, e vice-versa. Quanto aos usuários do 2º Grau, a Secretaria de Informática realizará um levantamento dos publicadores para que estes também providenciem a aquisição do certificado digital junto à CEF. Tão logo estejam concluídas as adaptações nos sistemas processuais, a Comissão de Informática divulgará às unidades judiciárias novas informações sobre o DJTE. ■

Tribunal Superior do Trabalho	
DIÁRIO DA JUSTIÇA DO TRABALHO ELETRÔNICO	
PODER JUDICIÁRIO REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
Nº11/2008	Data da divulgação: Segunda-feira, 23 de Junho de 2008. Brasília - DF
Tribunal Superior do Trabalho Ministro Rides Neves de Brito Presidente Ministro Milton de Moura França Vice-Presidente Ministro João Oreste Dalazen Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1 CEP 70.070-600 Tel.: 3314-4300	Ministro Presidente do TST Firmado por assinatura digital em 18/06/2008 pelo sistema AssinJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.
Secretária Judiciária Despacho Processo Nº AR-179276/2007-000-00-03 Relator Ives Gandra Martins Filho Autor(a) América Futebol Clube Advogado Dr. Nilton Correia Réu Alexandre de Oliveira Silva Consta, à fl. 254 dos autos, certidão informando o não-pagamento das custas processuais a que foi condenado o Autor, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), conforme decisão de fl. 252. Conforme dispõe a Portaria nº 49 do Ministério da Fazenda, datada	Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos Distribuição Relação de processos distribuídos aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, em 09/06/2008 - SDC. Processo Nº AA-194337/2008-000-00-04 Relator MIN. FERNANDO EIZO ONO AUTOR(A) ROSELITO SOARES DOS SANTOS Advogada DRA. MARIA GUALBERTO GANTAS RÉU UNIBO Procurador DR. NERON LANDIM DOMINGUEZ RÉU COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA Advogada DRA. MARILUZE WANDERLEY MORENO BACELAR Brasília, 20 de Junho de 2008 Ronaldo Eustáquio de Andrade Coordenador da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos Relação de processos distribuídos aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, em 06/06/2008 - 5ª TURMA.
Modelo do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico	

## ■ 9ª REGIÃO

A Secretaria de Informática já está trabalhando na adaptação dos sistemas processuais de 1º e 2º Grau para a geração dos arquivos de integração com DJTE. O procedimento no SUAP para geração dos arquivos ao DJTE será semelhante ao já utilizado atualmente para a Imprensa Oficial, pois as mudanças apenas afetaram as estruturas dos arquivos gerados para a publicação. O que muda basicamente é o lugar onde os arquivos serão publicados; ao invés do uso no site da Imprensa Oficial do Paraná (<http://www.pr.gov.br/dioe/>), será utilizado o sistema no site da Justiça do Trabalho (<http://www.jt.jus.br>),

# Palestra sobre a difícil arte de relacionar-se

Rossana Tuoto

“**P**artindo do princípio de que uma instituição se faz com pessoas, a necessidade da humanização nas relações só se intensifica”. É assim que a diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Maria Rosicler Cretella, vê a realidade na atual gestão de recursos humanos. Segundo Cretella, a preocupação com a excelência dos serviços acompanha, na mesma proporção, a importância das relações humanas no ambiente de trabalho.

Atentos a essa situação do cenário corporativo, o Setor de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional, vinculado à SRH, dentro do ciclo permanente de palestras, trouxe, em 13 de junho, a psicanalista Gilceley Santos. O interesse que o tema despertou foi comprovado por um auditório lotado, na Escola de Administração Judiciária. Além da platéia presente, foram realizadas 23 conexões pelo sistema de videoconferência, com acesso em 12 municípios.

A coordenadora do evento, psicóloga Luciana Tavares, diz que o objetivo é esse mesmo, ou seja, provocar reflexões no maior número de pessoas e implementar mudanças a partir de cada um.

A abordagem da psicanalista Gilceley no desenvolvimento do tema - “A difícil arte de relacionar-se: do trabalho ao casamento” - partiu da premissa de que refletimos, nas relações de trabalho, nossa história familiar. Destacou, portanto, a importância de buscar as causas das dificuldades de relacionamento, seja no âmbito profissional ou pessoal, a partir do autoconhecimento. “Há a tendência de acharmos que já sabemos tudo sobre nós”, enfatizou. Também, de buscarmos a criança que fomos (chata, boa de briga ou conciliadora? invisível ou centro das atenções? meiga e calada ou verborrágica? inocente ou maldosa? mandona ou obediente? medrosa ou corajosa? alegre ou triste? bonita ou feia? ou até mesmo aquela criança com angústias de adultos), o que nos levaria até a criança que ainda funciona em nossas relações atuais.

Dentro das teorias psicanalíticas adotadas por ela, continuou a ressaltar sinais de nós mesmos nas relações de convivência, a exemplo dos atos falhos que refletem os desejos inconscientes. “No trabalho ou nas relações amorosas a união ‘deveria’ fazer a força, mas os desejos inconscientes são fortes sabotadores das boas intenções”, alertou. Segundo ela, reconhecer desejos inconscientes poderia flexibilizar julgamentos. Trazendo para as relações de trabalho esse conceito, poder-se-ia tentar compreender as razões dos outros.

Diante das particularidades de cada ser humano, sugeriu evitar regras gerais e buscar o autoconhecimento como ferramenta para descobrir as causas para os vários conflitos internos. Alertou: “se sua relação consigo mesmo for frágil, isso se refletirá no relacionamento com os outros”.

Outro aspecto abordado foi o fato de termos desejos antagônicos e assim sermos eternos insatisfeitos, a exemplo de “ansiar por intimidade, mas querer autonomia e liberdade; conforto e segurança, mas reclamar da rotina e da previsibilidade; viver eternamente, mas sem envelhecer; receber muito dinheiro, mas trabalhar pouco; ter filhos e não ter preocupações; ter pessoas para se relacionar e agir como se fôssemos um só, sem considerar as diferenças do outro”.

Na continuidade de sua abordagem sobre as emoções conflitantes que regem os seres humanos, comentou sobre a “ditadura da felicidade” que nos foi imposta na sociedade atual. “Não há lugar para os problemas, que devem ser eliminados e não administrados como parte da evolução do ser”, frisou.

Encerrando sua palestra, Gilceley trouxe à reflexão tema que desafia todos os argumentos, sejam racionais ou subjetivos. Falou sobre a consciência que deveríamos ter sobre

nossa finitude, apesar da dor que isso nos causa: “Assim, não desperdiçaríamos o pouco tempo que temos entre a vida e a morte, com certezas sobre nós e os outros. Ao saber-se verdadeiramente mortal, tenderemos a tornar as relações mais leves e possíveis, ao tempo em que os desprazeres serão menos dramáticos...”.

## ■ Gestão de Recursos Humanos

Rosicler Cretella, adaptando alguns aspectos da abordagem para a realidade corporativa, contou que, nas relações internas entre as equipes de trabalho, há servidores estigmatizados como “problemas”, sendo que um trabalho de readaptação pelos setores competentes vem demonstrar que, em sua maioria, apenas estavam inadequados nas funções exercidas perante os conceitos de determinada chefia, partindo daí as dificuldades de relacionamento no ambiente de trabalho. A partir da recolocação, os resultados impressionam em produtividade e interação no ambiente de trabalho, uma vez que o melhor do servidor é potencializado, seja atuando em função diversa, seja mudando para outro setor de trabalho.

## ■ Servidoras e experiências pessoais

As servidoras Miriam Pamplona e Márcia Marcondes, lotadas no gabinete do desembargador Amor Lima Neto, comentaram as alterações sentidas, no ambiente de trabalho, a partir de mudanças pessoais que se refletiram em maior tolerância com as diferenças e em bem-estar coletivo. ■



A platéia, que lotou o auditório da EAJ do TRT-PR, acompanhou atenta a explanação da palestrante Gilceley Santos (no destaque), no dia 13 de junho



# TRT implanta curso de Libras para melhorar atendimento ao cidadão

Flaviane Galafassi

O TRT da 9ª Região vai realizar curso de Libras (língua de sinais) para servidores que trabalham na área judiciária, de forma a proporcionar um atendimento mais eficaz ao cidadão portador de deficiência auditiva. Serão destinadas 20 vagas para Curitiba no primeiro curso, que deve iniciar, ainda em julho, na Escola de Administração Judiciária do Tribunal. Em um segundo momento o curso está previsto para as unidades do interior do estado.

A iniciativa da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR antecede a projeto em andamento no Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs, que criou uma Comissão de Libras para desenvolver ações que possibilitem o atendimento aos deficientes auditivos

na Justiça do Trabalho. Tal comissão é presidida pelo procurador do Trabalho da 9ª Região Ricardo da Fonseca, e conta com a participação do titular da 18ª Vara de Curitiba, juiz Cássio Colombo Filho, além de cinco outros integrantes - do Judiciário, do Ministério Público do Trabalho, da Advocacia-Geral da União, do Ensino de Libras e da Comunidade de Surdos. O projeto será enviado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para inclusão de curso de formação de servidores em todos os TRTs do país, além da disponibilização de intérpretes para as audiências e tradutores para os processos cujos participantes (partes, procuradores, testemunhas ou peritos) tenham deficiência auditiva.

Para a presidente da Comissão de Responsabilidade Social, desembargadora Ana Carolina Zaina, o TRT do Paraná am-

plia seu objetivo de levar a Justiça a todos os cidadãos, ao identificar a relevância desse atendimento mais especializado e investir na inclusão social: "a garantia de acesso aos portadores de deficiência auditiva inclui-se entre as muitas ações de responsabilidade social institucional, por voltar-se a uma parcela da sociedade que aí está a resgatar sua participação plena como cidadãos e trabalhadores. Habilitar os servidores para prestar um atendimento qualificado, através da valorização da cultura dos surdos e da facilitação do entendimento entre as pessoas, destaca-se como forma valiosa de agregar valores à missão precípua do Tribunal, que se propõe a solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

## Ações voltadas à responsabilidade social

Jussara Elisa

### OFICINA

Foi realizada oficina de avaliação e planejamento da coleta seletiva com os órgãos públicos federais da Região Metropolitana de Curitiba, nos dias 9 e 10 de junho, no auditório da PRT da 9ª Região, em Curitiba. O evento teve como finalidade a potencialização das ações de implementação do Decreto 5.940/06, voltadas à geração de trabalho e renda dos catadores de materiais recicláveis. Participaram da oficina servidores da Justiça do Trabalho do Paraná que atuam na Comissão de Responsabilidade Social

e como multiplicadores em ações de reciclagem do TRT-PR.

### DOAÇÕES

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR entregou, em 13 de junho, parte das doações da Campanha de Inverno (22 quilos de roupas e calçados) ao PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Almirante Tamandaré. Na oportunidade, também foram entregues materiais que não são mais úteis ao TRT-PR e portanto disponibilizados para doação: 19 armários, 16 mesas, 8 cadeiras, 7 balcões, 4 refrigeradores com capacidade de 120 litros cada e outros. ■



TRT-PR doou móveis e eletrodomésticos à PETI de Almirante Tamandaré

## Solidariedade em festa junina da Vara de Bandeirantes

A Vara de Bandeirantes realizou, em 13 de junho, a sua "1ª Campanha de Arrecadação e Doação de Alimentos". Foram doados 117 quilos de alimentos de diversos produtos. A entidade beneficiada foi o Lar da Criança Dr. Bezerra de Menezes, situada naquele município. A campanha aconteceu durante a "II Festa Junina da Vara do Trabalho de Bandeirantes". O presidente da entidade, Dorival da Silva, ressaltou que "a prática da doação ajuda a cultivar solidariedade. Gestos como este são de suma importância para a manutenção da entidade". Na foto, a partir da esquerda, o juiz Amaury Mori (titular da Vara), Laércio Dias (diretor de Secretaria da VT) e Dorival da Silva, durante a entrega das doações.





## Doenças respiratórias

**A**s doenças do aparelho respiratório podem aparecer em qualquer mês do ano, mas a grande frequência com que surgem, nos dias de temperaturas mais baixas, caracterizam-nas como doenças de inverno. Além do sufixo "ite" (que grande parte delas possui), essas doenças originam-se, via de regra, no convívio com pessoas doentes, nas variações bruscas de temperatura e, não raramente, se acentuam em casos de desnutrição. Devido às baixas temperaturas, as pessoas tendem a se agrupar em locais fechados, facilitando o contágio caso alguém doente esteja presente. Mas quais são, afinal, as chamadas doenças de inverno e suas características?

### ■ RINOFARINGITE:

É o resfriado comum, causado por vírus, que atinge as mucosas do nariz e garganta. A febre tem intensidade variável e geralmente há secreção nasal e tosse. O tratamento é sintomático: lavagem das narinas com soro fisiológico, uso de anti-térmico e analgésico, se necessário. Não se pode esquecer que há uma diferença entre resfriado e gripe: são causados por vírus diferentes. A gripe, geralmente, vem em surtos e pode ser bem mais grave,

causando sintomas de febre, dores pelo corpo e tosse mais intensa. Debilita mais a pessoa do que o resfriado e os sintomas duram mais tempo.

### ■ AMIGDALITE E ADENOIDITE AGUDA

São infecções bacterianas, geralmente originadas de complicação do quadro viral. Nestes casos a febre é mais intensa, a garganta dói, o hálito é forte e o apetite desaparece. Essas infecções requerem tratamento com orientação médica precoce e eficiente.

### ■ LARINGITE:

É uma doença que se caracteriza pelo ruído respiratório, tosse rouca, rouquidão e dificuldade de respirar. Geralmente há componente alérgico. O tratamento inclui umidificação do ambiente e hidratação. A supervisão médica pode ser necessária.

### ■ SINUSITE:

O acúmulo de secreção (catarro) nos seios da face aumenta a possibilidade de bactérias se instalarem e inflamarem esta região. Os principais sintomas são: obstrução nasal, dor, perda do olfato, sensação de que a cabeça está pesada e febre. O tratamento deve ser feito com analgésico, antitérmico, antibiótico, anti-inflamatório e hidratação com orientação médica.

### ■ PNEUMONIA:

Pode ter causa viral ou bacteriana e atinge os pulmões. É a mais temida complicação que ataca o aparelho respiratório. Apresenta geralmente febre, tosse (que pode ser seca ou com secreção) e falta de ar. Abatimento e palidez são sinais de gravidade. Essas doenças exigem tratamento específico e, por isso, os cuidados médicos são indispensáveis em todas as fases do tratamento, podendo inclusive necessitar de internação.

### ■ PREVENIR É POSSÍVEL

É importante lembrar que as infecções virais são transmitidas de pessoa para pessoa. Assim, quanto menos contato desnecessário, melhor! Isso significa evitar locais fechados. O aparelho de ar-condicionado requer revisão conforme a legislação, com freqüente limpeza dos filtros. Boa alimentação e vestuário adequado são também de grande valia. Nem sempre as doenças de inverno se apresentam com todos os sinais presentes acima. Por isso, evite a automedicação e lembre-se de que o diagnóstico e o tratamento devem ser atribuições do médico. ■

Fonte: Unimed

## Encontro Nacional de Coros e Grupos Vocais

Será realizado em Curitiba, nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2008, o Encontro Nacional de Coros e Grupos Vocais dos Servidores da Justiça do Trabalho. O evento é patrocinado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 9ª Região e tem o apoio do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O Grupo Vocal Sinjutra 9 pretende reunir todos os grupos vocais e coros de servidores da Justiça do Trabalho para o evento. Os interessados deverão encaminhar mensagem eletrônica para "[mariapaula@trt9.jus.br](mailto:mariapaula@trt9.jus.br)" com os nomes, endereços eletrônicos e telefones para contato. ■



O Grupo durante apresentação na instalação do PA de Campo Largo

### ERRATA

Na edição 161 do Nona foi publicado na manchete da capa: "TRT-PR firma convênio para mestrado da Unicamp". O correto é: "TRT-PR firma convênio para mestrado da instituição Unicuritiba".

Na mesma edição, páginas 6 e 7, em legenda de foto e no texto jornalístico sobre a correição ordinária está escrito "Sistema AUD - registro audiovisual de depoimentos em sala de audiência". O correto é apenas "Sistema de registro audiovisual de depoimentos em sala de audiência".

### ELOGIO

Desde a edição 157, o Nona está sendo impresso em papel reciclado. A mudança efetuada no periódico resultou em elogio enviado à Ouvidoria do Tribunal: "Parabéns ao TRT pela impressão do 'Nona' em papel reciclado. Além de propagar a idéia de cuidado com o meio ambiente, a utilização do papel reciclado tornou o 'Nona' mais convidativo e agradável à leitura. Parabéns. 'Responsabilidade social: uma cultura que, antes de salvar o mundo, nos salva a cada um, diariamente'. Valeu. Jeferson Luiz Cadamuro Nunes (2ª VT de Maringá)".